



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



PRÓ-POBRE OU EMPOBRECEDOR: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA ALAGOAS?

CÉSAR AUGUSTO OVIEDO TEJADA; PAULO DE ANDRADE JACINTO; LUCIANE DE ARAÚJO BEZERRA; ANDERSON MOREIRA ARISTIDES DOS SANTOS;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

MACEIÓ - AL - BRASIL

anderson_moreira_aristides@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

PRÓ-POBRE OU EMPOBRECEDOR: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA ALAGOAS?

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento rural, territorial e regional.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre crescimento econômico e a pobreza para as microrregiões do estado de Alagoas, utilizando dados do Atlas do Desenvolvimento Humano para os anos 1991 e 2000. Buscou-se analisar em que medida o crescimento econômico tem se revelado um instrumento relativamente eficaz de combate à pobreza do ponto de vista qualitativo, ou seja, se esse crescimento pode ser considerado pró-pobre. Para tanto, foi estimada a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento econômico para as microrregiões alagoanas, que apresentou uma relação negativa entre a pobreza e crescimento econômico. Em seguida foi construída a curva “crescimento-pobreza” para as microrregiões de Alagoas. E os resultados indicam que na maioria das microrregiões tem havido crescimento empobrecedor. Nessas microrregiões, durante o período de análise, verificou-se um crescimento econômico positivo, entretanto, houve redução da renda per capita para os quintis mais pobres e um aumento para os quintis mais ricos. Com isso, pode-se concluir que as políticas de crescimento econômico no estado de Alagoas não são de caráter pró-pobre.

Palavras-chaves: Crescimento pró-pobre, pobreza, Alagoas.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Abstract

This paper analyzes the relationship between economic growth and poverty in Alagoas, all data was obtained from Atlas of Human Development for this state of 1991 and of 2000. It'll try to do an essay analyses about how the economic growth is an effective instrument to combat to the poverty qualitative, in others words, if that growth can be considered pro-poor. For that, we estimate the elasticity of the poverty with the economic growth for the microregions from Alagoas. Our findings indicate a negative relationship between growth economic and poverty. After that, using curve the growth-poverty, we can observe that in most of microregions has been having an anti-poor growth. In those regions the economic growth was positive, but was been having a reduction from income per capita to poorest quintile, an increase for the richest quintile. Thus, the policies of economic growth in Alagoas haven't a pro-poor character.

Key Words: Pro-poor growth, poverty, Alagoas.

1. Introdução

Um dos grandes problemas enfrentados pelos alagoanos com certeza é a pobreza, onde no ano 2000 cerca de 62,24% da população do estado se encontrava nessa condição. Esse percentual se torna ainda mais grave se comparado com a média nacional de 32,75%. E ainda quando considerado o estado por microrregiões, com exceção de Maceió que foi a única a apresentar um percentual menor que o nível do estado, isto é, em 2000 essa microrregião tinha 43,10% de sua população abaixo da linha de pobreza, observam-se níveis de pobreza ainda mais elevados. Sendo a microrregião de Traipu a apresentar o maior percentual no estado, 86,33% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Em média, imagina-se que à medida que o estado, microrregião e municípios cresçam ou enriqueçam, diminua a incidência de pobreza. Espera-se, assim, que os indicadores de bem estar como os de educação, saúde entre outros melhorem. Por isso, o crescimento econômico normalmente é considerado um poderoso instrumento de redução de pobreza. Mas em que medida o crescimento econômico dos municípios alagoanos e em suas respectivas microrregiões tem se revelado um mecanismo relativamente eficaz de combate à pobreza do estado? Para responder a essa indagação é necessário fazer uma análise do crescimento da renda (domiciliar) *per capita* dos mais pobres em relação ao crescimento da renda média de toda população. Assim, se o crescimento da renda *per capita* dos pobres for maior que o da renda *per capita* média tem-se um crescimento econômico pró-pobre.

Reformulando a indagação inicial, o crescimento econômico dos municípios alagoanos têm sido pró-pobre? Para tanto, o presente trabalho pretende investigar a pobreza ao longo do território alagoano, em suas microrregiões. A partir das informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para o período de 1991 e 2000, analisa-se a relação entre



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



crescimento econômico e pobreza do ponto de vista qualitativo (“qualidade” do crescimento da renda *per capita*).

Assim, além dessa breve introdução, o trabalho está dividido em 4 seções. A seção 2 apresenta um breve resumo da literatura sobre crescimento pró-pobre. Na seção 3, é realizada uma análise descritiva da relação crescimento econômico e pobreza para Alagoas. Na quarta seção, estima-se elasticidade renda-pobreza tendo como base Ravallion e Datt (1999) e são apresentados os resultados da construção da Curva de Son para as microrregiões alagoanas. Por fim, na quarta seção, são apresentadas as considerações finais. Os resultados mostram que na maioria das microrregiões do estado de Alagoas o crescimento econômico foi empobrecedor.

2. Pobreza e crescimento: características do crescimento pró-pobre

As políticas de desenvolvimento têm como principal objetivo o aumento do bem-estar da população. Certamente, um dos aspectos mais importantes do bem-estar de uma sociedade está na redução da pobreza. Reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento econômico, ou o declínio no grau de desigualdade, ou ambos. Estudos neste contexto demonstram que a desigualdade é o fator responsável pelo menor impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza num determinado país do que em outros países que alcançaram o mesmo nível de renda. Significa que o desempenho do crescimento difere entre os países ou determinadas regiões, sugerindo que em alguns países é mais pró-pobre que em outros.

Assim, para um determinado índice de crescimento, o grau de redução da pobreza depende do efeito do crescimento sobre a distribuição da renda e das desigualdades iniciais de renda, recursos e acesso a oportunidades que habilitem os pobres a compartilhar o crescimento, ou seja, o modo pelo qual o crescimento afeta a pobreza depende de como a renda adicional gerada pelo crescimento é distribuída.

O crescimento econômico traduz-se em desenvolvimento humano quando ele é capaz, através da ampliação da base de recursos em determinada sociedade, de melhorar a qualidade de vida de sua população. Para entender tal efeito é importante considerar o crescimento não somente pela sua quantidade, mas pela sua qualidade. Deste modo, é importante não apenas verificar o quanto a economia cresceu, mas como foi esse crescimento e conseqüentemente qual o impacto distributivo do mesmo.

Recentemente, a discussão sobre o desenvolvimento econômico recai sobre o quanto que o crescimento pode implicar na redução da pobreza e como que a redução da desigualdade pode contribuir nessa questão. Ou seja, para alcançar um conjunto satisfatório de políticas capazes de combater a pobreza com maior eficácia é preciso determinar a sensibilidade relativa da pobreza ao crescimento econômico e as reduções no grau de desigualdade. Diante desse contexto surge um novo termo na literatura, o crescimento pró-pobre. Apesar de não existir um consenso completo do que seja crescimento pró-pobre, consideram-se basicamente duas definições como apresentado em Ravallion (2004).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A primeira definição considera crescimento pró-pobre como aquele crescimento capaz de gerar significativa redução da pobreza, beneficiando os pobres e incrementando seu acesso a oportunidades. Isto é, um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da atividade econômica e faz com que o aumento generalizado da renda os beneficie proporcionalmente mais que os não-pobres. Uma ênfase no caráter pró-pobre do crescimento, dessa definição, reflete uma preocupação com aspectos distributivos (Kakwani e Pernia, 2000). Nesse sentido, se durante o processo de crescimento ocorresse uma redução do índice de pobreza, mas com aumento da desigualdade, isto não pode ser entendido como crescimento pró-pobre. Ao contrário, se ocorresse uma redução do nível médio da renda, porém atingindo menos proporcionalmente os pobres, então este decréscimo pode ser considerado pró-pobre. A segunda definição, mais simples e menos restrita, considera que o crescimento será pró-pobre sempre que reduzir a pobreza, sem considerar como os benefícios do crescimento são distribuídos entre os pobres e os não-pobres (Ravallion e Chen, 2003).

Esse contexto ressalta a importância de se examinar o impacto do crescimento econômico sobre os indivíduos mais pobres, principalmente num ambiente de alta desigualdade de renda. Baseado nesses estudos verifica-se que o crescimento econômico deixou de ser visto como uma condição necessária e suficiente para a promoção de bem-estar. Um amplo conjunto de variáveis influencia a conversão do crescimento econômico em bem-estar social e redução da pobreza.

Conceitualmente, a conversão do crescimento econômico na redução da pobreza depende de muitos fatores, apresentado por Ribeiro, Comim e Porto (2004) e citados a seguir. Esse estudo afirma que o padrão de desenvolvimento da atividade econômica reduz a pobreza de acordo com o padrão espacial de distribuição da mesma. Sendo de fundamental importância verificar se o padrão regional local de crescimento coincide com os aspectos regionais da pobreza. Além disso, o impacto do crescimento vai depender de sua relação com os setores econômicos com maior acesso para população considerada pobre, e com mercado de trabalho de mão de obra de baixa qualificação.

Assim a desigualdade é um dos elementos importantes na análise do impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza. E a conversão do crescimento em bem-estar dos indivíduos depende também da variação existente também nas dimensões não econômicas, tais como saúde, educação, discriminação, etc, pois dessas condições depende a capacidade dos indivíduos de participar e usufruir os resultados do crescimento. Neste caso, a desigualdade de gênero pode ser responsável pelo baixo impacto do crescimento no bem-estar social agregado. O padrão dos gastos do governo também é fundamental para essa relação crescimento-pobreza, pois, o governo funciona como um mecanismo distributivo de renda na sociedade, afetando canais de como o crescimento é estruturado e articulado.

Em suma, políticas econômicas pró-pobre incluem, entre outras, gastos públicos focalizados e adequados com educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar; acesso ao microcrédito; promoção de pequenas e médias empresas e investimentos em infraestrutura em áreas rurais ou em áreas de alta intensidade da pobreza. Investimento em capital físico e humano para os pobres tem como efeito o aumento de sua produtividade e contribuição para a economia. Pois, segundo a literatura, esses são os instrumentos que têm impacto positivo no aumento da eficiência e melhoria da distribuição.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

3. Análise descritiva da relação Crescimento Econômico e pobreza para Alagoas

Nesta seção são discutidas questões referentes à variação da pobreza e aos diferenciais nas taxas de crescimento econômico. A análise é empreendida tendo como área de análise as microrregiões de Alagoas, além de números agregados para o estado, procurando captar a relação entre crescimento econômico do estado de Alagoas e seus benefícios para os indivíduos em diferentes condições econômicas. Deixa-se claro que em 2000, o estado de Alagoas era composto por 101 municípios, sendo dividido em 13 microrregiões.

Cabe ainda aqui explicar que a análise a ser desenvolvida privilegia a pobreza do ponto de vista da renda. Embora pobreza seja, reconhecidamente através da literatura existente, uma síndrome multidimensional caracterizada por carências diversas, porém, a abordagem da renda é essencial para caracterizar pobreza no contexto de uma sociedade moderna que apresenta o grau de complexidade urbana como a maioria dos municípios de Alagoas. Na verdade, em sociedades deste tipo, a maioria das necessidades no âmbito do consumo privado é atendida através do mercado, estando o nível de bem-estar estreitamente associado ao nível de renda (Rocha, 1995).

Na *tabela 1*, a seguir, são apresentados alguns indicadores de pobreza e crescimento econômico para as microrregiões e mesorregiões alagoanas. Em virtude da utilização de linhas de pobreza e indigência comuns, os valores permitem verificar as diferenças nos percentuais de indigentes e pobres presentes no estado de Alagoas se comparados com os níveis do Nordeste e do Brasil.

Tabela 1 – Variação da pobreza e da renda per capita para Alagoas – 1991 a 2000.

Mesorregião – Microrregião	Percentual de Indigentes			Percentual de Pobres			Renda
	1991	2000	Δ%	1991	2000	Δ%	Δ%
Alagoas	38,68	38,11	-1,47	67,10	62,42	-6,97	20,95
Mesorregião do Sertão Alagoano	56,80	56,07	-1,29	81,40	77,38	-4,93	28,02
Alagoas do Sertão do São Francisco	41,27	43,97	6,55	70,23	66,84	-4,82	17,98
Batalha	53,14	49,76	-6,36	81,60	76,38	-6,40	35,20
Santana do Ipanema	61,55	60,01	-2,50	83,14	79,61	-4,24	30,56
Serrana do Sertão Alagoano	63,28	64,55	2,01	86,29	82,54	-4,34	24,66
Mesorregião Agreste Alagoano	44,29	44,97	1,53	74,21	69,05	-6,95	18,00
Arapiraca	39,87	41,71	4,61	70,78	66,57	-5,95	15,93
Palmeira dos Índios	47,42	46,66	-1,61	77,08	70,83	-8,11	19,91
Traipu	70,79	70,98	0,28	92,40	86,33	-6,57	26,85
Mesorregião Leste Alagoano	32,59	31,90	-2,12	61,39	56,95	-7,22	28,52
Litoral Norte Alagoano	48,19	50,20	4,18	83,46	78,16	-6,35	20,20
Maceió	19,94	21,19	6,25	44,16	43,10	-2,40	23,02
Mata Alagoana	47,57	45,79	-3,75	80,71	75,34	-6,66	16,24
Penedo	44,10	45,92	4,12	74,16	70,73	-4,63	20,00
São Miguel dos Campos	38,10	40,02	5,04	73,33	70,55	-3,79	16,97
Serrana dos Quilombos	47,43	44,27	-6,66	78,47	71,29	-9,14	29,92
Nordeste	40,56	32,33	-20,29	67,07	56,74	-15,40	35,28
Brasil	20,24	16,32	-19,37	40,08	32,75	-18,29	29,06

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Atlas do desenvolvimento humano.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



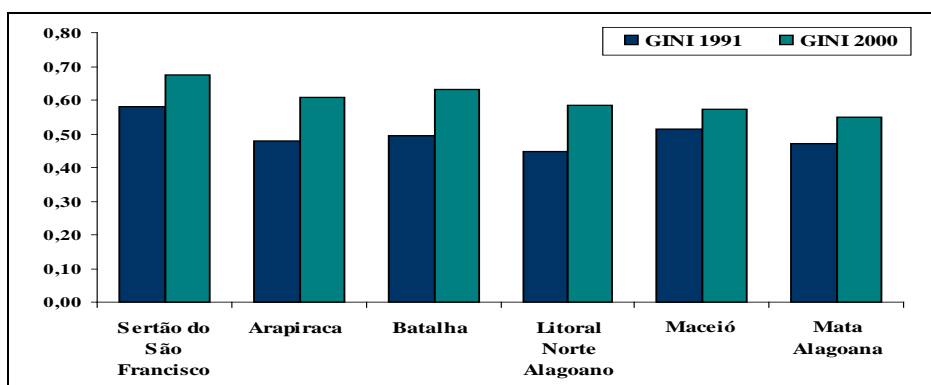
O estado de Alagoas, em 1991, tinha cerca de 67% de sua população em estado de pobreza, e 62% em 2000. De acordo com a *tabela 1*, tanto para o ano de 1991 como para o de 2000, o estado apresenta um percentual de pobres próximo ao da região Nordeste, mas muito acima do nível nacional. E quando se analisa Alagoas a partir de microrregiões, nota-se que exceto a de Maceió, que apresentou um percentual de pobreza de 44,16% em 1991 e 43,10% em 2000, as demais microrregiões apresentam níveis de pobreza superiores ao percentual de pobreza do estado. A microrregião de Traipu foi a que apresentou o maior percentual de pessoas pobres, esse foi de 92,40% em 1991, e 86,33% em 2000. Porém, durante o período analisado houve redução na pobreza para todas as microrregiões do estado. Já na proporção de indigência houve um aumento na maioria das microrregiões.

Como é possível observar na *tabela 1*, em todas as microrregiões as reduções no percentual de pobres foram acompanhados por variações positivas na taxa de crescimento da renda *per capita*. Onde, em Alagoas o aumento na renda média *per capita* foi de 20,95%, enquanto houve reduções de 6,97% no percentual de pobres, e de 1,47% no percentual de indigentes. A microrregião de Palmeira dos Índios foi a que apresentou maior redução da pobreza, sendo essa de 8,11%, porém, essa não foi a microrregião que obteve o maior aumento na renda *per capita*. Já a microrregião de Batalha apresentou a maior variação na renda *per capita*, pois a mesma foi de 35,20%, variação maior que em nível estadual, e essa mesma microrregião obteve reduções de 6,36% no percentual de indigentes, e de 6,40% no percentual de pobres.

Outro fato a ser salientado nesta seção é a evolução da desigualdade de renda no período. No *gráfico 1*, apresenta-se o Índice de Gini das microrregiões para os anos de 1991 e 2000. A desigualdade de renda aumentou entre 1991 e 2000 em todas as microrregiões, assim como para o estado de Alagoas.

Dentre todas as microrregiões, a Serrana do Sertão Alagoano, foi a que sofreu o maior aumento na desigualdade de renda. Pois a mesma apresentou um aumento no índice de Gini de 0,50 em 1991 para 0,69 em 2000. Porém, foi na microrregião de Maceió que se verificou um menor crescimento do nível de desigualdade, tendo uma variação no índice de Gini de 0,51 em 1991 para 0,57 em 2000.

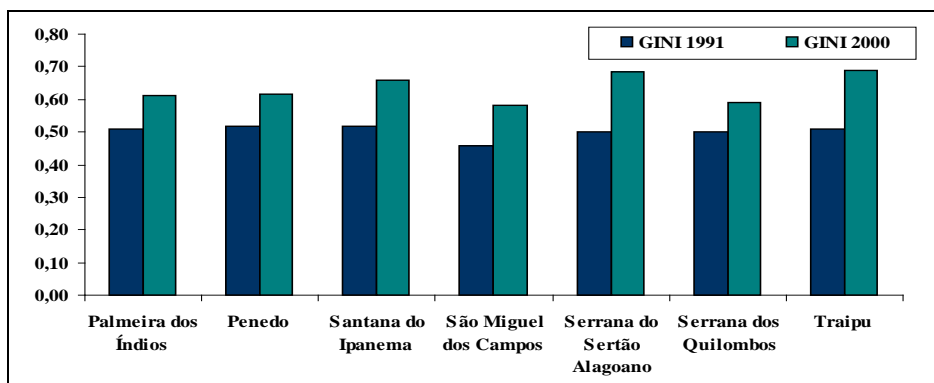
Gráfico 1: Índice de Gini para as microrregiões de Alagoas, em 1991 e 2000.





SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Elaboração Própria – Dados ALTAS

A partir dessas evidências podem-se fazer ao menos duas considerações sobre a relação entre crescimento econômico e pobreza nas microrregiões do estado de Alagoas. Em algumas microrregiões a rigidez em relação à redução da pobreza pode ser explicada potencialmente, ao menos em parte, pelos níveis bastante intensos da pobreza, isto é, pobres distantes da renda correspondente ao nível da linha de pobreza. Isso exigiria taxas bastante elevadas de crescimento para diminuição dos níveis tão altos de pobreza, como foi exposto anteriormente. Entretanto, é importante considerar a possibilidade do relativo menor impacto do crescimento econômico na renda dos mais pobres devido à má distribuição de renda. Pois vimos que é muito elevado o nível de concentração de renda em Alagoas e em suas microrregiões.

Após a descrição das condições de pobreza e crescimento econômico de Alagoas no período 1991-2000, nas próximas sub-seções deste trabalho é feita uma investigação, primeiramente, como o crescimento tem afetado a pobreza no estado e suas microrregiões. Depois é feita uma apresentação baseada na construção de curvas de crescimento-pobreza com finalidade de saber se esse impacto do crescimento econômico pode ser considerado pró-pobre no estado, suas microrregiões.

4. Análise do Crescimento Pró-pobre nos municípios do estado de Alagoas

A partir da análise na seção anterior e da definição de crescimento pró-pobre de Ravaollion e Chen (2003) a presente seção apresenta a *elasticidade* da pobreza em relação ao crescimento da renda *per capita* para os municípios do estado de Alagoas. Posteriormente, é feita a análise da relação renda-pobreza baseada na definição de Kakwani e Pernia (2000) de crescimento pró-pobre. Ou seja, analisa-se, o crescimento econômico do ponto de vista qualitativo, tentando mostrar quanto os pobres se beneficiaram em relação ao crescimento da renda *per capita*. Para esta investigação foi traçada a “curva crescimento pobreza de Son” para cada microrregião do estado de Alagoas no período 1991-2000.

4.1 Estimação da Elasticidade Renda-Pobreza

Num primeiro instante, busca-se mensurar a *elasticidade* da pobreza em relação ao crescimento da renda *per capita* para os municípios do estado de Alagoas. Por elasticidade, entende-se o impacto da variação de 1% de uma variável em outra. Segundo Ravallion (2001)

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

e Ravallion e Datt (1999), considera-se, de forma bastante simples, a associação entre crescimento da renda *per capita* e redução da pobreza. Formalmente, como exposto em Silvera Neto (2005), considere-se, pois, a renda *per capita* y , uma linha de pobreza y_p e a função de distribuição acumulada da renda *per capita* $F(y)$. Obtendo, assim, a proporção de pobres como $P = F(y_p)$ e a renda domiciliar *per capita* média $\mu = E(y)$, é possível expressar uma relação entre proporção de pobre e renda *per capita* média na forma:

$$\ln F(y_p) = \alpha + \beta \ln \mu + \varepsilon \quad (1)$$

em que ε corresponde a um termo de erro. Observe que o coeficiente β nesta relação pode ser interpretado como uma elasticidade “pobreza-crescimento”, já que representa a variação percentual da proporção de pobres em função de uma variação percentual da renda *per capita* média. O modelo estimado é o resultado da diferença entre a equação (1) para os dois pontos no tempo (1991 e 2000, no caso deste trabalho). Utiliza-se para a estimação dos modelos dados dos 101 municípios de Alagoas. Nesse primeiro momento a análise do crescimento econômico do estado de Alagoas teve como base a primeira definição que considera crescimento pró-pobre aquele crescimento que reduz a pobreza, porém a mesma não considera a questão da distribuição de renda diretamente.

Para a análise da relação pobreza-crescimento através da estimação das elasticidades da renda-pobreza para as microrregiões e os municípios alagoanos no período 1991 e 2000, serão utilizadas as seguintes variáveis; proporção de pobres e indigentes, e renda *per capita*. É importante ressaltar que a composição do banco de dados para a referente metodologia tem como base o Atlas do Desenvolvimento Humano.

Denomina-se como renda *per capita* a razão entre o somatório da renda *per capita* de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. Foram utilizadas como medida de pobreza a proporção de pobres, essa mede o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a linha de pobreza¹; e a proporção de indigentes que mede o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a linha de extrema² pobreza.

De início é assumido um modelo bastante restrito, já que não permite diferenças regionais, dentro do estado de Alagoas, quanto à “elasticidade pobreza-renda”, nem com respeito ao intercepto. Os resultados para as duas linhas de pobreza (indigentes e pobres, respectivamente) são apresentados abaixo considerando o estado como todo:

$$\Delta \ln[\text{Indigentes}] = 0,083 - 0,521 \Delta \ln y \quad (\text{I})$$

(0,018)* (0,075)*

* desvio padrão entre parênteses e robustos à heterocedasticidade. $F = 48,63$ $R^2 = 0,38$ n° de obs. = 101.

$$\Delta \ln[\text{Pobres}] = -0,024 - 0,212 \Delta \ln y \quad (\text{II})$$

¹ Linha de pobreza: percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 75,50 (equivalente a ½ salário mínimo de agosto de 2000).

² Linha de indigência: percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 37,75 (equivalente a ¼ salário mínimo de agosto de 2000).

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

(0,009)* (0,038)*

* desvio padrão entre parênteses e robustos à heterocedasticidade. $F = 30,50$ $R^2 = 0,37$ n° de obs. = 101.

O resultado da equação I mostra que no período 1991-2000 um crescimento da renda *per capita* de 1% esteve associado a uma redução de 0,52% no percentual de indigentes. Já a equação II, essa se refere à proporção de pobres, é verificada uma redução do coeficiente, ou seja, um crescimento da renda *per capita* de 1% se relaciona a uma redução de 0,21% no percentual de pobres.

A seguir, são feitas estimações permitindo que tanto o intercepto quanto as elasticidades possam variar regionalmente, ou seja, diferenças entre as microrregiões do estado de Alagoas são permitidas. Assim, dadas as diferenças regionais que podem afetar o impacto sobre a redução da pobreza, como por exemplo, níveis de escolaridade, saúde e desigualdade de renda, foram feitas as estimações (A) e (B) apresentadas na tabela abaixo.

A *tabela 3* apresenta as estimações para as 13 microrregiões, para o percentual de pobres e indigentes. Primeiramente, em relação à coluna (A), verifica-se que o crescimento da renda *per capita* dos municípios da microrregião de Penedo e São Miguel dos Campos não teve impacto sobre a variação no percentual de indigentes durante o período 1991-2000, pois as respectivas elasticidades são insignificantes. Já as evidências para os municípios das outras onze microrregiões sugerem uma elasticidade “pobreza-crescimento” negativa e significativa. Por exemplo, as microrregiões de Palmeira dos Índios e Maceió apresentaram as maiores elasticidades, ou seja, um crescimento da renda *per capita* de 1% esteve relacionado com uma redução de 0,83% para Palmeira dos Índios e 0,72% para Maceió no percentual de indigentes. Já a microrregião de Arapiraca foi a que obteve a menor elasticidade, em outras palavras, um crescimento da renda *per capita* de 1% esteve associado a uma redução de apenas 0,27% no percentual de indigentes.

Tabela 3: Relação Crescimento-Pobreza nas microrregiões de Alagoas

Variável Dependente	Estimção A $\Delta\%$ no Percentual de Indigentes	Estimção B $\Delta\%$ no Percentual de Pobres
Constante	0,08 (0,021)	-0,02 (0,009)
Dummies Regionais	Sim	Sim
Alagoas do Sertão do São Francisco	-0,53 (0,115)	-0,36 (0,097)
Arapiraca	-0,27 (0,121)	-0,17 (0,049)
Batalha	-0,52 (0,142)	-0,12 (0,033)
Litoral Norte Alagoano	-0,35 (0,105)	-0,19 (0,059)
Maceió	-0,72 (0,149)	-0,30 (0,065)
Mata Alagoana	-0,60 (0,168)	-0,21 (0,063)
Palmeira dos Índios	-0,83 (0,161)	-0,36 (0,054)

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Penedo	- 0,37 (0,289)	- 0,21 (0,156)
Santana do Ipanema	-0,50 (0,131)	-0,18 (0,069)
São Miguel dos Campos	- 0,34 (0,305)	- 0,24 (0,130)
Serrana do Sertão Alagoano	-0,38 (0,069)	-0,15 (0,038)
Serrana dos Quilombos	-0,57 (0,216)	-0,26 (0,049)
Traipu	-0,39 (0,092)	-0,21 (0,043)
R ² ajustado	0,446	0,482
Teste F	5,96	5,04
Nº de observações	101	101

Fonte: Elaboração própria. Desvio padrão entre parênteses e robustos à heterocedasticidade.

Na coluna (B) estima-se a relação entre crescimento da renda *per capita* e uma variação no percentual de pobres. Também se verifica que o crescimento da renda *per capita* dos municípios da microrregião de Penedo e São Miguel dos Campos não teve impacto sobre a variação no percentual de pobres durante o período analisado, pois as respectivas elasticidades também são insignificantes. Nessa estimação as microrregiões Alagoas do Sertão do São Francisco e Palmeira dos Índios apresentaram as maiores elasticidades “pobreza-crescimento”, ambas com o valor de -0,36%. Isso significa que um crescimento da renda *per capita* de 1% nos municípios dessas regiões esteve associado a reduções de 0,36% no percentual de pobres. Já a microrregião de Batalha foi a que obteve a menor elasticidade, em outras palavras, um crescimento da renda *per capita* de 1% esteve associado a uma redução de apenas 0,12% no percentual de pobres.

Comparando as estimações (A) e (B), verifica-se uma maior elasticidade “pobreza-crescimento” quando se usa a variação no percentual de indigentes. Isso acontece devido ao fato de que quanto mais baixa a linha de pobreza utilizada maior é a possibilidade de pequenos ganhos de renda repercutir na redução da pobreza. Assim, para uma mesma taxa de crescimento da renda *per capita*, tem-se uma maior redução da indigência do que da pobreza, visto que o ganho de renda dos indigentes precisa ser menor para que esses ultrapassem a linha de pobreza (renda) considerada.

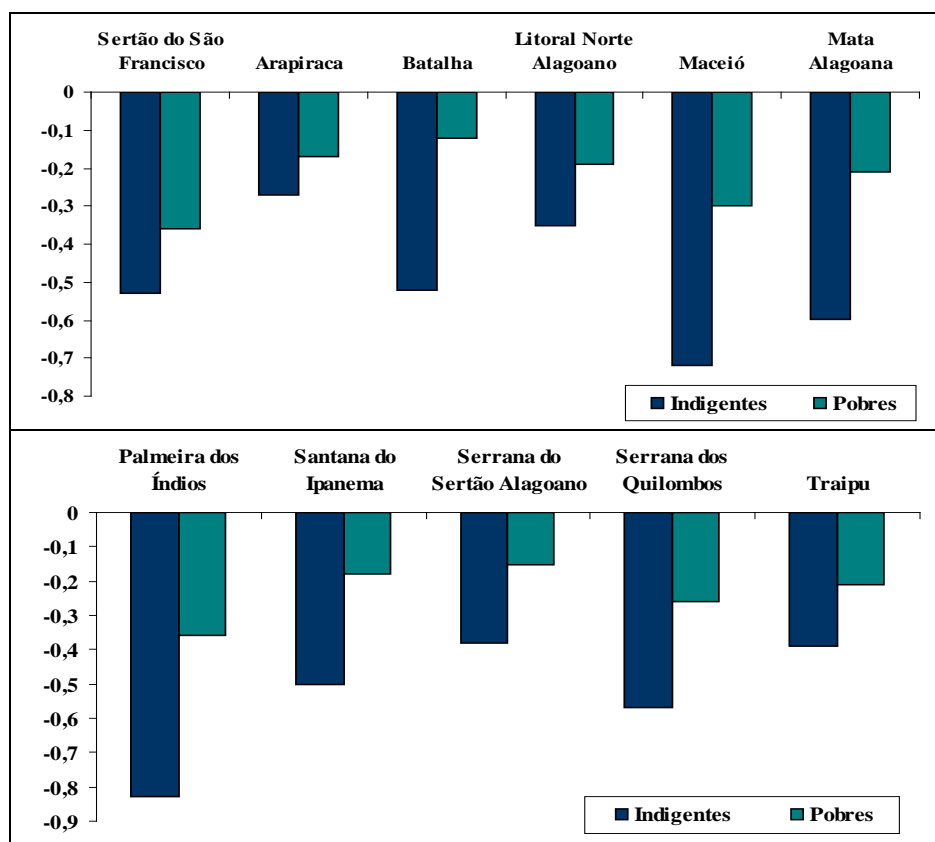
No gráfico 2, tem-se a plotagem dos coeficientes das elasticidades “pobreza-crescimento” das microrregiões do estado de Alagoas obtidos nas estimações observadas na tabela 3.

Gráfico 2: Elasticidade renda-pobreza para as microrregiões de Alagoas, em 1991 e 2000.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Elaboração Própria

Pode-se perceber, como discutido anteriormente, a grande diferença na magnitude entre os coeficientes das microrregiões de Alagoas do Sertão do São Francisco e Palmeira dos Índios comparando com Batalha, por exemplo. Isso, tanto pode ser explicado pela maior intensidade da pobreza dos pobres na microrregião de Batalha (maior distância destes pobres da linha de pobreza), por exemplo, como pelo menor crescimento relativo da renda dos mais pobres. Com essa última noção em mente, faz sentido considerar a outra definição de crescimento pró-pobre que foi proposta por Son (2004).

4.2 Estimação da Curva de Son para Alagoas

Num segundo momento, tem-se como foco definição de crescimento pró-pobre proposta por Son (2004). Essa definição analisa o crescimento econômico do ponto de vista qualitativo, em outras palavras, verifica-se o quanto os pobres se beneficiaram em relação ao crescimento da renda *per capita*. Através dessa análise foi possível observar em que medida o crescimento econômico das microrregiões de Alagoas tem se revelado um mecanismo relativamente eficaz de combate à pobreza do estado.

A maneira utilizada para estudar essa questão foi analisar o crescimento da renda domiciliar *per capita* dos mais pobres em relação ao crescimento da renda média de toda



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



população. Caso o crescimento da renda *per capita* dos pobres for maior que o da renda *per capita* média, tem-se um crescimento econômico pró-pobre, ou seja, um tipo de crescimento que está associado à diminuição da desigualdade. Assim, nesse segundo momento, a principal indagação é: o crescimento econômico das microrregiões de Alagoas têm sido pró-pobre? Para responder a essa pergunta construiu-se a “curva crescimento pobreza de Son” para cada uma das treze microrregiões de Alagoas. Essa curva mensura o grau no qual o crescimento é pró-pobre ou empobrecedor, isto é, ela mostra como o crescimento da renda *per capita* dos mais pobres tem se comportado em relação ao crescimento da renda média *per capita*.

A curva crescimento-pobreza proposta em Son (2004) pode ser construída sem maiores dificuldades e têm sua justificativa na análise da *Curva de Lorenz* que descreve o percentual de renda acumulada pelos percentis p da população. A metodologia explora o fato de que um aumento da média em uma distribuição pode ser caracterizado de diferentes formas, resumidas em três casos extremos.

Primeiro, pode haver um crescimento proporcional da renda de todos os indivíduos da população. Neste caso, o crescimento da média implica um deslocamento da distribuição para a direita da reta de renda. Não há mudanças de dispersão (desigualdade) da renda. No segundo caso, pode haver o aumento apenas da parte da distribuição *acima* da média, mantendo-se constante a renda abaixo da média. A média da distribuição desloca-se para a direita, mas os percentis mais baixos não mudam. Neste caso, a dispersão dos dados aumenta e a distribuição tende a ficar mais assimétrica, aumentando a desigualdade. Por fim, no terceiro caso, pode haver o aumento apenas da parte da distribuição *abaixo* da média, mantendo-se constante a renda acima da média. A média da distribuição desloca-se para a esquerda, mas os percentis mais elevados não mudam. Neste caso, a dispersão dos dados diminui. Este último caso representa o crescimento pró-pobre mencionado acima.

Como bem salienta Son (2004), sabe-se que o desempenho do crescimento econômico difere-se entre regiões. Algumas regiões têm experimentado uma taxa de crescimento maior que outras. Do mesmo modo, as evidências mostram que, entre regiões, pode existir uma grande variação na redução da pobreza dada uma mesma taxa de crescimento econômico. Isso sugere que o crescimento em algumas regiões é mais pró-pobre do que em outras. Adota-se, assim, essa metodologia que vincula os possíveis impactos do crescimento econômico sobre os pobres a diferentes comportamentos da curva de Lorenz, necessária para a determinação do índice de desigualdade de Gini.

Suponha que $L(p)$ é a curva de Lorenz que descreve a participação na renda dos indivíduos situados entre os $p\%$ pode ser definida como:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x yf(y)dy \quad (3)$$

em que:
$$p = \int_0^x f(y)dy \quad (4)$$

y é a renda domiciliar *per capita* com sua função densidade sendo $f(y)$ e μ é a renda média dessa distribuição. Seguindo a literatura, o crescimento econômico pode ser chamado de pró-



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



pobre se os pobres se beneficiam do crescimento proporcionalmente mais do que os não-pobres. Nesse cenário, a desigualdade de renda é simultaneamente declinante durante o processo de crescimento. Uma mudança na curva de Lorenz indica se a desigualdade é crescente ou decrescente com o crescimento econômico. Assim, o crescimento é claramente pró-pobre se toda a curva de Lorenz se desloca para cima, $L(p) > 0$ para todo p , indicando uma desigualdade decrescente.

A partir do teorema de Atkinson (1987)³ que permite associar deslocamentos para cima da Curva de Lorenz (elevações de $L(p)$ para todo p) a diminuições de pobreza, Son (2004) propõe a elaboração de uma “curva de crescimento-pobreza” que permite determinar a “qualidade” do crescimento (pró-pobre, não pró-pobre ou “empobrecedor”) a partir da avaliação do crescimento da renda de cada p por cento mais pobres da população, onde $p = 0, \dots, 100$.

Assim, segundo Son (2004) quando toda a curva de Lorenz se desloca para cima (baixo), pode-se afirmar, sem ambigüidade, que a pobreza diminuiu (aumentou). Esse resultado é válido para toda a classe de medidas de pobreza e todas as linhas de pobreza. Essa conclusão servirá de base para a “curva crescimento-pobreza”.

Da definição da curva de Lorenz, pode-se escrever:

$$L(P) = \frac{\mu_p P}{\mu} \quad (5)$$

que expressa a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, onde μ_p é a média da renda dos indivíduos $p\%$ mais pobres da população. Operando-se com os logaritmos de ambos os lados, a equação (4) torna-se:

$$\ln(\mu_p) = \ln(\mu L(p)) - \ln(p) \quad (6)$$

A partir da diferença entre dois pontos no tempo da equação (5), tem-se:

$$g(p) = \Delta \ln(\mu L(p)) \quad (7)$$

em que, $g(p) = \Delta \ln(\mu_p)$ é a taxa de crescimento da renda média dos $p\%$ mais pobres da população quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda *per capita*. E $g(p)$ varia com p indo de 0 a 100 e pode ser chamado de curva de crescimento-pobreza. É importante notar que $g(p)$ não mede o crescimento da renda média do decil p , mas o crescimento da renda média até o decil p . A partir do teorema de Atkinson e da equação (7), pode-se afirmar com precisão que se $g(p) > 0$ ($g(p) < 0$) para todo p , então a pobreza diminuiu (aumentou), entre dois períodos. Por exemplo, a renda média até o segundo decil é a média das rendas do primeiro e segundo decis. Seguindo o raciocínio, a renda média até o décimo decil é a renda média da população.

A equação (7) pode também ser escrita como sendo:

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)P) \quad (8)$$

³ Atkinson, A. B. (1987) On the measurement of poverty, *Econometrica*, 55, 749-764.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

e $g = \Delta \ln(\mu)$, em que g é a taxa de crescimento da renda média *per capita* de toda a sociedade. Observe que quando $p = 100$, $g(p) = g$ visto que $L(p) = 0$ em $p = 100$.

A partir da equação (8), segue os seguintes pressupostos:

a) se $g(p) > g$ para todo $p < 100$, então o crescimento é pró-pobre visto que toda a curva de Lorenz desloca-se para cima ($L(p) > 0$ para todo p);

b) se $0 < g(p) < g$ para todo $p < 100$, então o crescimento reduz a pobreza, mas é acompanhado por um aumento da desigualdade ($L(p) < 0$ para todo p). Em outras palavras, o crescimento reduz a pobreza, mas os pobres recebem proporcionalmente menos benefícios do que os não-pobres, situação esta em que o crescimento seria não pró-pobre (Crescimento Trickle-down).

c) se $g(p) < 0$ para todo $p < 100$ e $g > 0$, então, tem-se um crescimento “empobrecedor”, em que um crescimento econômico positivo aumenta a pobreza.

d) demais casos: inconclusivo.

Como destaca Silveira Neto (2005), esses resultados inconclusivos incluem duas situações distintas. A primeira, ocasiões em que o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres, com $p = 1, \dots, 50$, é maior que aquele verificado para renda média de toda a população (onde $p = 100$), mas para ao menos para algum p intervalo $50 < p < 100$ o crescimento da renda média é menor que aquele observado para renda média de toda a população. A segunda, situações em que o crescimento da renda de pelo menos algum dos $p\%$ mais pobres, com $p = 1, \dots, 50$, é menor que aquele verificado para renda média para $p = 100$, mas para p intervalo $50 < p < 100$ o crescimento da renda média é maior que aquele observado para renda média de toda a população. Tais distintas situações poderiam assumir as denotações, respectivamente, de situação pró-pobre fraca, e situação não pró-pobre fraca.

Para essa análise foi calculada a taxa de variação da renda de cada quintil entre dois períodos bases e plotada contra os quintis de renda, como é feito para a curva de Lorenz. Nesse caso, a taxa de variação do último quintil equivale à taxa de crescimento da renda média no período analisado. Se a linha apresenta uma inclinação negativa isso significa que os quintis de renda menores cresceram acima da renda média e, conseqüentemente, os pobres cresceram as suas rendas a taxas maiores do que os ricos ou do que os quintis de renda mais elevados. Isso significa que podemos concluir, nesses casos, que a pobreza tem diminuído no período analisado. A seguir, na *tabela 4*, apresenta o crescimento anual da renda *per capita* dos $p\%$ mais pobres e a classificação das microrregiões de Alagoas de acordo com a qualidade do crescimento econômico para o período de 1991-2000.

Tabela 4: Crescimento anual da renda *per capita* dos $p\%$ mais pobres (em %) e classificação das microrregiões de Alagoas de acordo com a "qualidade" do crescimento econômico (1991-2000).

Microrregião	Taxa de Crescimento da renda <i>per capita</i> dos $p\%$ mais pobres (ao ano).					Qualidade do Crescimento
	20(%)	40(%)	60(%)	80(%)	100(%)	
Sertão do São Francisco	-9,77	-3,80	-1,01	-0,02	1,84	empobrecedor
Arapiraca	-7,48	-2,87	-1,09	0,16	1,64	inconclusivo
Batalha	-6,87	-2,60	-0,82	0,48	3,35	inconclusivo

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Litoral Norte Alagoano	-13,63	-4,53	-2,09	-0,47	2,04	empobrecedor
Maceió	-3,18	-0,75	0,03	0,57	2,30	inconclusivo
Mata Alagoana	-7,08	-2,20	-0,62	0,50	1,67	inconclusivo
Palmeira dos Índios	-11,76	-4,22	-1,28	0,67	2,02	inconclusivo
Penedo	-7,24	-3,64	-1,65	-0,16	2,03	empobrecedor
Santana do Ipanema	-15,39	-7,52	-3,35	-0,72	2,96	empobrecedor
São Miguel dos Campos	-8,59	-2,84	-1,18	-0,16	1,74	empobrecedor
Serrana do Sertão Alagoano	-41,15	-12,58	-5,68	-1,98	2,45	empobrecedor
Serrana dos Quilombos	-6,96	-1,68	0,13	1,31	2,91	inconclusivo
Traipu	-24,73	-13,00	-6,04	-2,47	2,64	empobrecedor
Alagoas	-5,59	-3,50	-0,23	0,77	2,72	inconclusivo

Fonte: Elaboração Própria – Dados ATLAS

Na *tabela 4*, é possível observar que nenhuma microrregião apresentou crescimento pró-pobre pela definição de Son (2004). Em outras palavras, nenhuma região apresentou taxa de crescimento da renda *per capita* média de todos os *p*% mais pobre, com $p < 100$, maior que aquela verificada para a renda *per capita* média de toda a população ($p = 100$). Seis microrregiões apresentaram crescimento empobrecedor, que pela definição em que um crescimento econômico positivo aumenta a pobreza, pois apresentou taxa de crescimento da renda *per capita* média de todos os *p*% mais pobre negativa para $p < 100$ e uma taxa positiva para a renda *per capita* média de toda a população ($p = 100$).

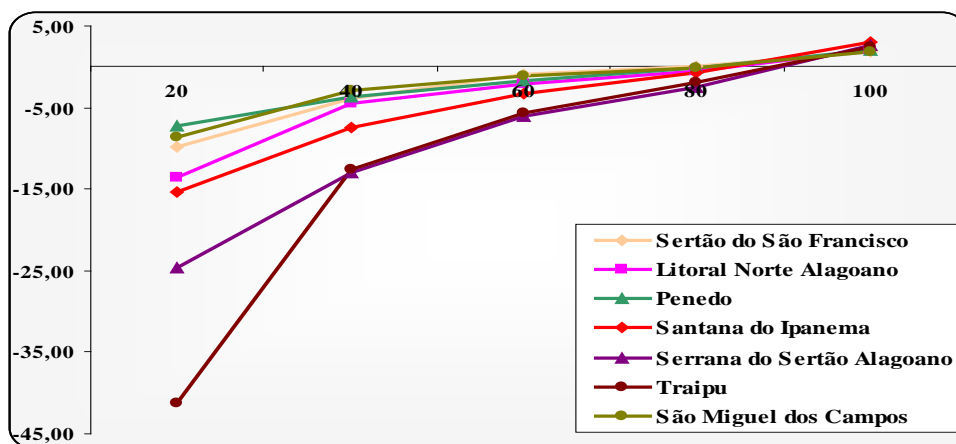
O *gráfico 3* apresenta a taxa de crescimento anual da renda per capita por quintis de pobres, isto é, apresenta-se as curvas “crescimento-pobreza” para as microrregiões onde o crescimento econômico é considerado empobrecedor para 1991-2000. De acordo com o gráfico acima, as microrregiões que apresentaram esse tipo de crescimento foram: Alagoas do Sertão do São Francisco, Litoral Norte Alagoano, Penedo, Santana do Ipanema, Serrana do Sertão Alagoano, Traipu e São Miguel dos Campos. Como é possível verificar por meio do gráfico, a taxa de crescimento de todos os quintis foi positiva, com $p = 100$, porém, a taxa de crescimento da renda dos *p*% mais pobres, $p < 100$. Por exemplo, em relação a microrregião Litoral Norte Alagoano (linha rosa, no *gráfico 3*), a taxa de crescimento anual da renda *per capita* dos 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres foi de - 13,63%, -4,53%, -2,09% e -0,47%, respectivamente, isso representa uma redução na renda *per capita* desses estratos, enquanto que a taxa de crescimento da renda *per capita* de toda população, que foi de 2,04%. Conclui-se, portanto que os mais pobres sofreram uma redução na renda, ou seja, não se beneficiaram em relação ao crescimento econômico.

Gráfico 3: Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000), microrregiões que apresentaram crescimento Empobrecedor.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Elaboração Própria – Dados ATLAS

Já as outras microrregiões (Arapiraca, Batalha, Maceió, Mata Alagoana, Palmeira dos Índios e Serrana dos Quilombos) e o estado como todo apresentaram resultados inconclusivos. A seguir no *gráfico 4*, apresenta-se a taxa de crescimento anual da renda per capita por quintis de pobres para essas microrregiões que apresentaram resultados inconclusivos para o período em análise (1991-2000), isto é, as curvas de “crescimento-pobreza”.

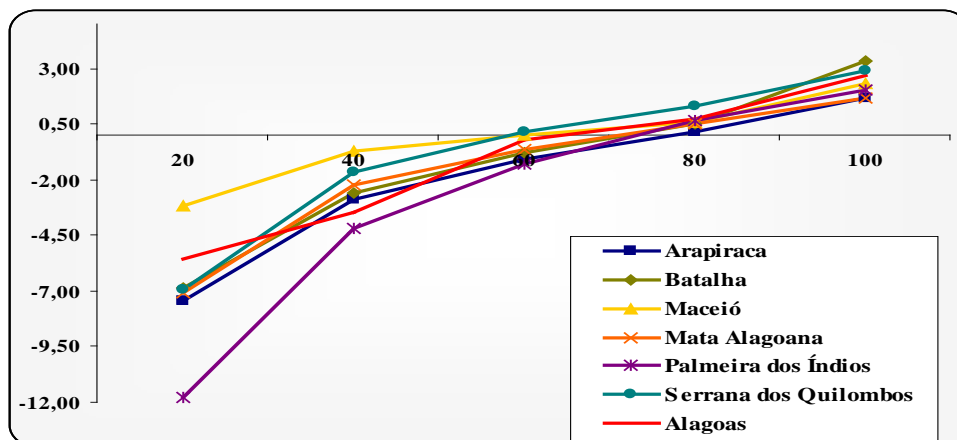
Considerando, com base nas especificações citadas anteriormente, os resultados apresentados no gráfico acima como sendo inconclusivos, poderiam ser enquadrados numa situação de empobrecimento fraco. As microrregiões diferenciam pela intensidade desse empobrecimento. No caso das microrregiões de Maceió e Serrana dos Quilombos é possível verificar, de acordo com a *tabela 4*, que houve uma redução na renda dos 40% mais pobres e um aumento na renda para o intervalo $40 < p < 100$, porém esse aumento foi inferior aquele sofrido pela população total ($p = 100$). Já para as demais microrregiões (Arapiraca, Batalha, Mata Alagoana, Palmeira dos Índios) e o estado como todo esse empobrecimento foi mais intenso, porém fraco em relação ao que foi sofrido pelas microrregiões que apresentam a característica de crescimento empobrecedor (ver gráfico 3). Nesses casos se verificou uma redução na renda dos 60% mais pobres e um aumento na renda para o intervalo $60 < p < 100$, porém esse aumento foi inferior aquele sofrido pela população total ($p = 100$).

Gráfico 4: Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000), microrregiões que apresentaram crescimento Inconclusivos.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Elaboração Própria – Dados ATLAS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou relação entre crescimento econômico e pobreza das microrregiões alagoanas no período de 1991 a 2000, buscando responder a seguinte indagação: em que medida o crescimento econômico tem se revelado um mecanismo relativamente eficaz de combate à pobreza do estado?

A partir dos resultados das elasticidades, pode-se dizer que em geral a relação entre a proporção de pobres e a taxa de crescimento da renda *per capita* é negativa para Alagoas durante o período analisado. Por sua vez na análise da qualidade desse crescimento econômico, os resultados na maioria das microrregiões mostraram um crescimento empobrecedor, aquele que um crescimento econômico positivo aumenta a pobreza. Nessas microrregiões, entre 1991 e 2000, verificou-se um crescimento econômico positivo, entretanto, houve redução da renda per capita para os estratos mais pobres e um aumento para os estratos mais ricos. Dessa forma, esses resultados indicam que as políticas de crescimento econômico no estado de Alagoas não estão direcionadas para a redução da pobreza.

A relação crescimento pobreza é importante para situar se o crescimento foi pró-pobre e empobrecedor. Assim, uma questão que ainda pode ser explorada, em pesquisa futura, para complementar a investigação apresentada neste trabalho é verificar mais detalhadamente outros indicadores de bem estar como aqueles os relacionados à educação, saúde entre outros e analisar se as políticas que têm sido implementadas corroboram os resultados apresentados pela relação crescimento pobreza. Em caso de um crescimento empobrecedor, como foi observado no presente trabalho, recomenda-se políticas econômicas pró-pobre. De acordo com a literatura sobre o tema, consideram-se como pró-pobre as seguintes políticas: gastos públicos focalizados e adequados com educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar; acesso ao microcrédito; promoção de pequenas e médias empresas e investimentos em infra-estrutura em áreas rurais ou em áreas de alta intensidade da pobreza. Além de investimento em capital físico e humano para os pobres, que tem como efeito o aumento de sua produtividade e contribuição para a economia. Pois, esses são os instrumentos que impactam de forma positiva para o aumento da eficiência e melhoria da distribuição.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES, Ronaldo; TELES, Vladimir. *Institucionalizando a pobreza das nações: uma investigação empírica a partir de dados em painel*. Revista Econômica do Nordeste, v. 32, n. especial, 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para Economistas*. São Paulo: Pioneira, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil no período 1970-1990*. RBE, Rio de Janeiro, v.49, n.2, p. 277-294, 1995.

HOFFMANN, Rodolfo. *Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação*. Revista Econômica, jul. 2005.

JACINTO, Paulo; TEJADA, César. *Desigualdade de renda e crescimento econômico nos municípios da Região Nordeste do Brasil: o que os dados têm a dizer?* XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Paraíba, 2004.

KAKWANI, Nanak, PERNIA, Enersto. "What is pro-poor growth", Asian Development Review, 16(1), 1-22, 2000.

KAKWANI, Nanak; NERI, Marcelo; SON, Hyun. *Pro-Poor Growth and Social Programmes in Brazil*. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, Anpec. Salvador, 2006.

MARINHO, Emerson; SOARES, Francisco. *Impacto do crescimento econômico e da concentração da renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros*. Anais do Anpec Nordeste, 2003.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Mendonça, Rosane, *Conseqüências e Causas Imediatas da queda recente da Desigualdade de Renda Brasileira*. Texto para discussão, n. 1201, Ipea, 2006.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES; MENDONÇA, Rosane. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 421-474, 1996.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, MENDONÇA, Rosane, *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para discussão, n. 800, Ipea, 2001.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES; MENDONÇA, Rosane, *O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no grau de Desigualdade sobre a Pobreza*. Texto para discussão, n. 528, Ipea, 1997.

RAVALLION, Martin; DATT, Gaurav. *When is growth pro-poor? Evidence from diverse experiences of India's states*, Policy Research Working Papers n. 2263, World Bank, 1999.

RAVALLION, Martin. *Growth, inequality and poverty: looking beyond averages*. World development. vol. 29, n. 11, p. 1803-1815, 2001.

RAVALLION, Martin; DATT, Gaurav. *Why has economic growth been more Pro-poor in some states of India than others?* Journal of Development Economics, 2002, 68(2): 381-400.

RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua. *Measuring pro-poor growth*, Economic Letters, 78, 93-99. (2003).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



RESENDE, Guilherme Mendes. *O crescimento econômico dos municípios mineiros têm sido pró-pobre?* Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006.

RIBEIRO, Eduardo Pontual, COMIM Flávio Vasconcelos, PORTO JUNIOR, Sabino da Silva (2004). *Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória*. Mimeo.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto*. Revista Econômica do Nordeste, v. 34, n. 1, 2003a.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999)*. Banco do Nordeste, 2003b.

ROCHA, Sonia. *A pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003c.

ROCHA, Sonia. *Indicadores de pobreza para as regiões metropolitanas nos anos oitenta*. Estudos Econômicos, São Paulo, p. 439-460, 1990.

ROCHA, Sonia. *Tendência Evolutiva e Características da Pobreza no Rio de Janeiro*. Texto para discussão do IPEA n. 536, (1995).

SILVEIRA NETO, Raul da Mota. (2005) *Quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico no nordeste? Evidências para o período 1991-2000*. Anais da Anpec Nordeste 2005, Fortaleza-CE.

SON, H.H. (2004). *A note on pro-poor growth*. Economic Letters, 82, 307-314.